



O VALOR ACRESCENTADO DOS REGIMES DE QUALIDADE DA UE

SPECIAL REPORT | 24 - 28 JULHO 2017
<http://eurac.tv/8-em>



Ação cofinanciada pela
Comissão Europeia



O VALOR ACRESCENTADO DOS REGIMES DE QUALIDADE DA UE

SPECIAL REPORT | 24 - 28 JULHO 2017
<http://eurac.tv/8-em>



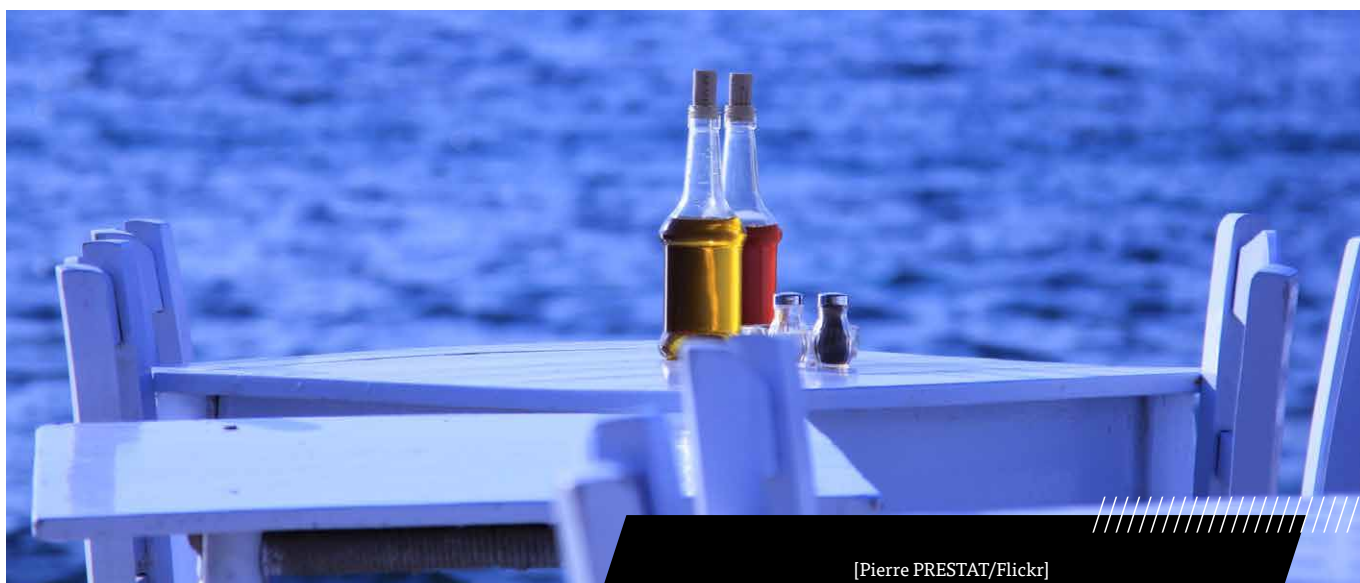
Conteúdo

.....

Os regimes de qualidade ajudam os produtores da UE a conquistar novos mercados	4
Vinhos verdes querem UE a defender as regiões demarcadas	6
Alimentos de qualidade garantem o lugar de Espanha no mercado globalizado	8
Pacto UE-China sobre produtos especiais oferece um futuro promissor às exportações europeias	10
Gregos declaram ter perdido o seu “ouro branco” com o CETA	12
Quem impulsiona a qualidade nos produtos agroalimentares da UE?	14

Os regimes de qualidade ajudam os produtores da UE a conquistar novos mercados

.....



[Pierre PRESTAT/Flickr]

Os mercados agrícolas da UE, que já se encontravam numa situação difícil, têm sido alvo de grande pressão devido a uma série de fatores, desde o embargo russo à volatilidade dos preços. De um dia para o outro, muitos agricultores europeus perderam o seu principal mercado de exportação que representa 5,5 mil milhões de euros.

A Comissão Europeia conseguiu abrir novos mercados de exportação e as exportações agroalimentares da UE aumentaram. Segundo os dados mais recentes do Eurostat, em 2016, o valor anual das exportações agroalimentares da UE alcançou o novo nível recorde de 130,7 mil

milhões de euros.

Os EUA e a China são os principais parceiros comerciais do bloco, embora tenham surgido novos mercados asiáticos, como o Japão, Vietname e Coreia. Em 2017, as Filipinas, Singapura e Indonésia também registaram ganhos significativos.

No entanto, os agricultores da UE são de opinião de que isso ainda não se traduziu em mais dinheiro na algeira.

“Penso que quando entramos em novos mercados temos de garantir que uma parte desses ganhos também é restituída aos agricultores,” declarou à EURACTIV Pekka Pesonen, secretário-geral da associação de agricultores da UE, COPA-COGECA.

REGIMES DE QUALIDADE E ACORDOS COMERCIAIS

As exportações do sul da Europa, como azeite, vinho e produtos hortícolas frescos têm suscitado o interesse de países terceiros graças à sua qualidade particularmente superior.

No ano passado, o embaixador da Missão Permanente da União Europeia junto da Organização Mundial do Comércio (OMC), Marc Vanheukelen, declarou que a procura de mercados emergentes está a aumentar “graças ao aumento da população e, em especial, da classe média, cujos hábitos

Continua na página 5

Continuação da página 4

alimentares estão a mudar”.

Salientou que os consumidores têm expectativas cada vez maiores relativamente à qualidade, à segurança e ao valor nutritivo dos produtos que consomem e que a “Europa está devidamente preparada para satisfazer essa procura”.

A UE tem dedicado grande atenção à qualidade dos alimentos produzidos no seu território, e criou indicações geográficas para ajudar a proteger e promover produtos com características singulares.

França, Itália, Portugal, Espanha e Grécia lideram a lista dos produtos agroalimentares registados no âmbito dos regimes de qualidade da UE. Os seus produtos “protegidos” estendem-se desde a carne fresca e frutos e produtos hortícolas aos óleos e queijos.

Os regimes de qualidade da UE abrangem produtos alimentícios, vinho, bebidas espirituosas e vinho aromatizado, bem como produtos orgânicos. Atualmente, foram registados com indicação geográfica (IG) 1402 produtos alimentícios, e as exportações da UE de produtos protegidos com indicações geográficas estão estimadas em 11,5 mil milhões de euros.

As IG também fazem parte integrante dos acordos comerciais entre a UE e países terceiros.

Recentemente, a UE celebrou um acordo político com o Japão para acelerar um acordo comercial até ao final do ano. O Comissário da Agricultura, Phil Hogan, sublinhou que os negociadores da UE conseguiram proteger mais de 200 indicações geográficas.

“Dado que as normas de qualidade e segurança alimentar europeias são as mais exigentes do mundo, conseguimos uma proteção total para os nossos produtos com indicação geográfica, bem como um acesso total ou melhorado ao mercado para

inúmeros setores-chave”, declarou o comissário.

FRANÇA É AFETADA PELOS PRODUTOS CONTRAFEITOS

No entanto, os produtos IG contrafeitos estão a suscitar preocupações em Bruxelas.

Segundo o Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia (EUIPO), em 2014, 9% de todos os produtos IG no mercado da UE eram contrafeitos. Este valor representa 4,3 mil milhões de euros e fez soar o alarme em vários Estados-membros da UE.

França estava entre os países mais afetados pelo fenómeno, sobretudo porque o vinho tem um prémio mais elevado entre as classes de produtos protegidos.

O valor do mercado dos produtos contrafeitos em França atingiu os 1,6 mil milhões de euros, seguido de Itália (682 milhões de euros), Alemanha (598 milhões de euros), Espanha (266 milhões de euros) e Grécia (235 milhões de euros).

Outro relatório sobre contrafação realizado no mês passado (23 de junho) da agência Europol, responsável pelo cumprimento da legislação da UE, alertou para o facto de que a situação está a agravar-se.

Sublinhou especificamente que o uso indevido e a contrafação de etiquetas de certificação continuava a ser um “problema central” para os produtores da UE.

“O valor dos produtos infratores com etiquetas falsas de indicações geográficas na UE permanece elevado, sendo que os principais produtores de produtos originais, como a Alemanha, Espanha, França, Itália e Grécia são os mais afetados pelos produtos comestíveis contrafeitos”, observou a Europol, acrescentando que os produtos mais afetados são o vinho, bebidas espirituosas, queijo, carne, frutos, produtos hortícolas e cereais.

A China é o principal produtor de produtos contrafeitos e a Turquia também é considerada um polo importante.



Vinhos verdes querem UE a defender as regiões demarcadas

.....



[Jonathan Pincas/Flickr]

Felgueiras, Porto, 17 jul (Lusa) - Os vinhos verdes do Noroeste de Portugal não temem a concorrência internacional, mas defendem que a Europa garanta nos países de destino, nos acordos de comércio, os nomes das regiões demarcadas.

“Preocupa-nos a defesa das denominações de origem europeias, ou seja, garantir que os nomes das regiões demarcadas europeias sejam defendidos nesses países de destino”, afirmou Manuel Pinheiro, da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes.

Em declarações à Lusa, o dirigente reconheceu o trabalho que está a ser realizado pela União Europeia (UE) em conjunto com as autoridades nacionais e sectoriais para defender os interesses dos produtores.

“A União Europeia tem feito um trabalho de defesa das denominações de origem que aparecem como anexos nesses acordos e os estados que acordam com a União Europeia têm de garantir que vão defender essas denominações de origem, para não serem alvo de fraudes lá”, explicou.

A organização representativa dos vinhos verdes assinala que o setor já exporta cerca de metade da

sua produção total e que, por isso, essas garantias são importantes para sustentar o crescimento verificado em vários mercados extracomunitários, com destaque para os Estados Unidos, Canada, países sul americanos e asiáticos.

Manuel Pinheiro destacou, a propósito, o acordo celebrado com o Canadá, que disse ser muito importante, por representar um mercado com grande crescimento para as exportações portuguesas.

Também os Estados Unidos são relevantes para o vinho verde, porque

Continua na página 7

Continuação da página 6

já são, a par da Alemanha, o mercado mais importante, representando em 2016 vendas recorde de 48 milhões de euros, com perspectiva de ganhos maiores nos próximos anos.

Apesar de as vendas estarem a aumentar para esses e outros destinos, nomeadamente o Japão e até na Rússia, o setor ainda manifesta dificuldade para fazer crescer o valor por litro, atualmente fixado nos 2,2 euros.

“Esse é o grande desafio. O desafio das quantidades e dos números de mercado estamos a ganhá-lo, mas a nova fronteira é vender mais valor”, destacou.

Para Manuel Pinheiro, “preciso plantar vinhas novas para fazer melhores uvas, melhor vinho e depois levar ao mercado para que o cliente possa valorizar mais”.

Em termos globais, a produção de vinhos verdes em 2016 baixou 20% face a 2015 devido às chuvas, mas a qualidade foi “excecional”, segundo a organização do setor. A produção no

ano passado fixou-se no 52 milhões de litros.

A Cooperativa Agrícola de Felgueiras, uma das maiores da região, com mais de um milhar de viticultores e uma produção anual de cinco milhões de litros de vinho verde, 1,2 milhões dos quais para exportação, sublinha o impacto da reconversão das vinhas. Todos os anos, desde 2000, frisou o diretor Rui Madeira, são criados 100 hectares de novos vinhedos, com castas que produzem uvas de melhor qualidade fitossanitária, de maior aceitação no mercado e com mais valor. À Lusa, assinalou que as exportações dos últimos anos acontecem sobretudo com os vinhos mais caros, destacando os espumantes de vinho verde que são muito apreciados na Rússia e no Brasil.

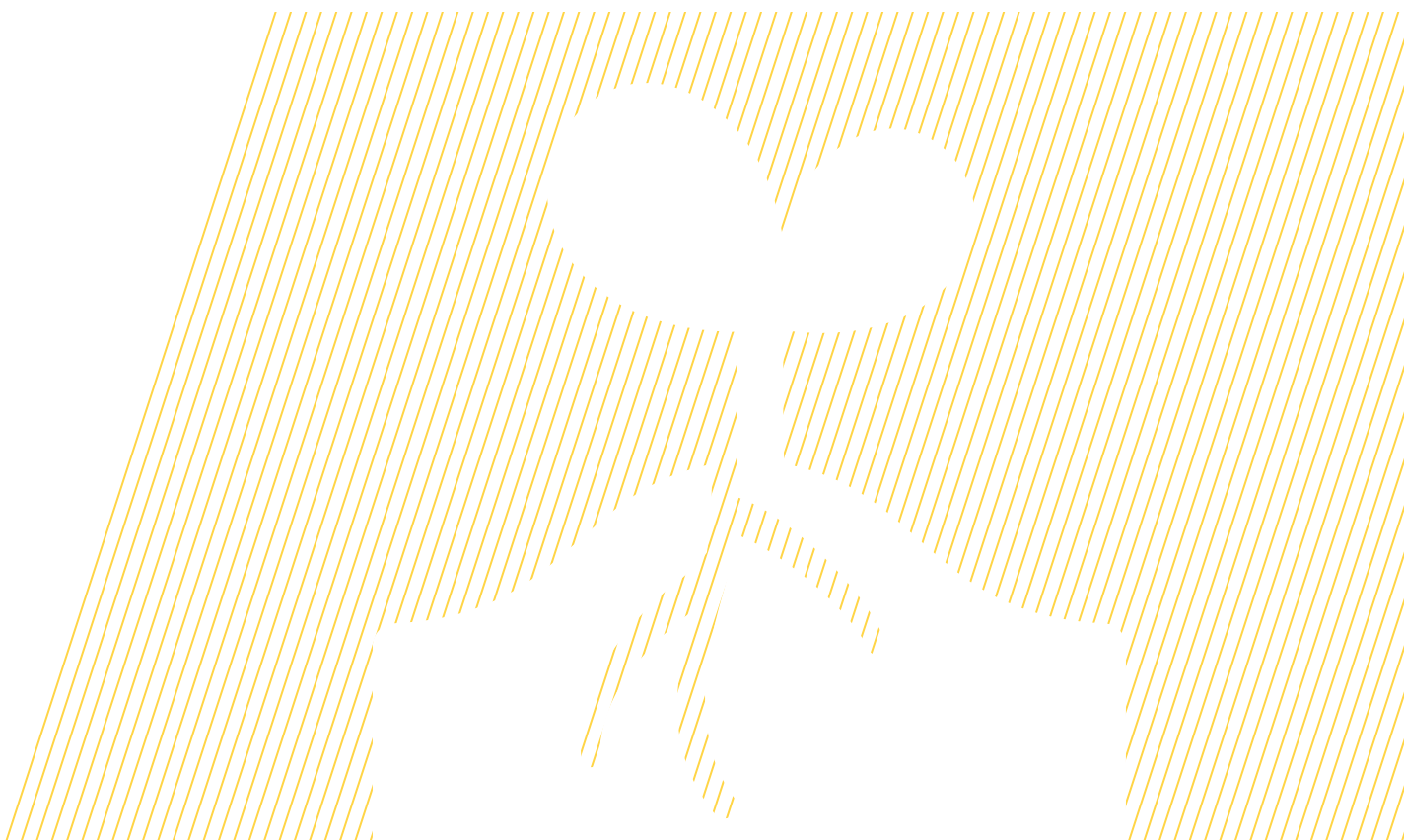
“Temos conseguido desmistificar a ideia que o verde é um vinho barato. Hoje o verde tem melhor imagem internacional como produto de qualidade, o que nos permite vender mais qualidade e valor”, afirmou.

A Quinta da Aveleda, em Penafiel,

é o maior exportador de vinho verde do país. A sua marca Casal Garcia representa dois terços das vendas. Martim Guedes, da direção comercial, assinalou à Lusa que este ano a empresa vai plantar mais 50 hectares para corresponder ao aumento da procura e reforçar o controlo de qualidade.

Para 2017, a empresa estima uma faturação de 35 milhões de euros, mais dois milhões do que em 2016. O ganho de valor que as marcas têm conquistado ajudam ao aumento dos proveitos, em linha, anotou, com o aumento médio do preço do litro de vinho verde, que vem a ocorrer há cerca de uma década e que, no ano passado, igualou, pela primeira vez, o preço médio dos maduros.

Estados Unidos e Alemanha são os principais mercados daquele produtor e engarrafador. Juntos, os dois países têm tanto peso como as vendas efetuadas pela Aveleda no mercado português, o qual, enalteceu Martim Guedes, tem recuperado este ano, após anos de retração.



Alimentos de qualidade garantem o lugar de Espanha no mercado globalizado

.....



[Anna & Michal/Flickr]

Espanha é uma verdadeira potência agrícola: um milhão de explorações agrícolas em 30 milhões de hectares de terras que absorvem 45 mil milhões de euros nos pagamentos da política agrícola comum (PAC), geram 11% do PIB espanhol e 20% das suas exportações no valor de 48 mil milhões de euros. Se há um aspeto que mantém a agricultura espanhola concorrencial na era da globalização é a qualidade dos seus produtos. A EFEAgro é parceira da EURACTIV.

A ministra espanhola da Agricultura e Pesca, Alimentação e Meio Ambiente (Mapama), Isabel García Tejerina, certa vez descreveu Espanha como “o vinhedo, o lagar

e o pomar do mundo”, em alusão à qualidade dos seus produtos e à capacidade de exportação.

Esta posição foi alcançada graças aos esforços dos agricultores, da agroindústria e dos distribuidores de produtos alimentares, com o apoio das administrações locais e nacionais.

A QUALIDADE É FUNDAMENTAL

“A qualidade é fundamental nos mercados globais”, declarou à EFEAgro o secretário-geral da Agricultura e Alimentação no Mapama, Carlos Cabanas. “Demos prioridade ao trabalho a nível da rastreabilidade, controlos e luta contra a fraude, bem como à adaptação das nossas normas

de qualidade às novas tecnologias: ao longo dos últimos quatro anos, analisámos mais de 500 produtos.”

Cabanas frisou a importância de dar continuidade ao trabalho de “promoção da diferenciação que permite aos produtos espanhóis e europeus competir em melhores condições nos mercados internacionais”. Acrescentou ainda que a Comissão Europeia tem apoiado desde sempre um modelo de produção europeu centrado na qualidade “através de normas que nos têm proporcionado os mais elevados níveis de segurança alimentar”.

Espanha também aprovou uma lei relativa à melhoria do funcionamento

Continua na página 9

Continuação da página 8

da cadeia alimentar, que inclui instrumentos de acompanhamento e controlo da qualidade.

O Comissário da UE da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Phil Hogan, anunciou recentemente uma iniciativa que consiste na introdução de requisitos mínimos para combater a concorrência desleal na cadeia de abastecimento alimentar. Segundo fontes da Comissão, “numa primeira fase, realizar-se-á uma consulta pública e apresentar-se-á uma avaliação de impacto caso a ação seja considerada necessária no primeiro semestre do próximo ano.”

A Federação Espanhola das Indústrias de Alimentação e Bebidas (FIAB) sublinhou o “forte compromisso do setor com a qualidade” e salientou o seu recurso a soluções inovadoras, como a plataforma tecnológica “Food For Life Spain”, para garantir a segurança e a elevada qualidade dos seus produtos alimentares.

O PAPEL DOS DISTRIBUIDORES

O presidente da Associação de Cadeias Espanholas de Supermercados (ACES), Aurelio del Pino, declarou à EFEAgro que os distribuidores “participam de duas maneiras” na salvaguarda da qualidade alimentar. “Tanto a nível daquilo que queremos que o produto seja quanto no que respeita às qualidades adicionais que pretendemos que tenha. No que se refere às nossas próprias marcas, o desafio é ainda maior, com controlos mais rigorosos dado que o produto ostenta o nosso nome.”

A associação celebrou um acordo de colaboração com a Origen España, uma organização central que abrange a maioria das indicações geográficas de Espanha e que executa “controlos adicionais”. Segundo Del Pino, os produtos frescos são sempre submetidos a um processo de controlo

de qualidade exaustivo, tanto nos centros de distribuição quanto nos espaços de comercialização.

O presidente da ACES elogiou a capacidade dos distribuidores para “ditar” normas de qualidade, explicando que isso exerceu um efeito transformador no setor industrial.

O diretor-geral da Associação Espanhola de Distribuidores, Establecimientos de Livre Serviço e Supermercados (Asedas), Ignacio García Magarzo, sublinhou os efeitos da regulamentação da UE que proíbe e impõe sanções a determinadas práticas “porque não acrescentam valor e geram custos que prejudicam o consumidor”.

Frisou que a Asedas apoia os objetivos da referida regulamentação que “visa conferir transparência e estabilidade às relações comerciais”. No entanto, acrescentou: “Paralelamente, alertámos que devem ser evitados custos desnecessários gerados pela intervenção administrativa. A experiência dos últimos anos leva-nos a crer que a via da auto-regulamentação, se for tomada com seriedade, apresenta inúmeras oportunidades para os setores a nível da transformação das suas relações comerciais.”

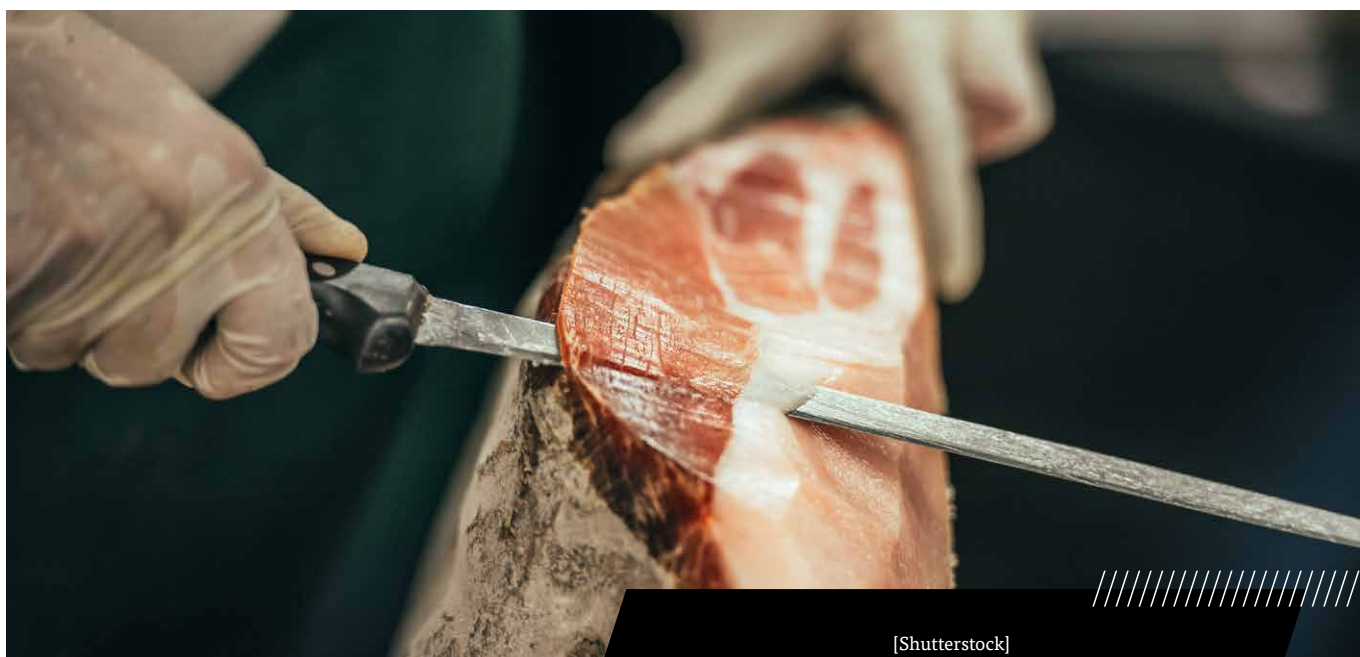
E insistiu que “os agricultores devem adotar medidas estruturais para aumentar o seu poder negocial, ganhar influência e adaptar a sua produção ao mercado”.

Um mercado caracterizado pela globalização e diferentes modelos de produção no qual Espanha, e a União Europeia no seu conjunto, só podem sobreviver se arvorarem a bandeira da qualidade e do valor acrescentado.



Pacto UE-China sobre produtos especiais oferece um futuro promissor às exportações europeias

.....



[Shutterstock]

Em junho, a UE e a China publicaram uma lista de 200 indicações geográficas (IG) protegidas nos respetivos mercados, no âmbito de um acordo bilateral a concluir até dezembro. Declara o Italia Oggi, parceiro da EURACTIV.

Ambas as partes apresentaram 100 denominações respetivamente, embora muitos produtos europeus, sobretudo italianos, não constem da lista.

Tal acontece porque os critérios de seleção da Comissão Europeia para as suas 100 denominações consideraram o volume do mercado

de IG na China e o risco potencial de contrafação. Assim, o único produto do sul de Itália incluído na lista foi o buffalo mozzarella.

Aquando da redação do acordo, a Comissão encetou de imediato negociações com os Estados-membros para incluir outros produtos na lista.

Uma primeira versão acrescentou mais 162 produtos europeus e indicações geográficas protegidas (IGP), incluindo cinco artigos sicilianos, inteiramente selecionados com base na procura estimada na China. De facto, em janeiro, a China eliminou as suas barreiras fitossanitárias que tinham impedido

as importações dos citrinos sicilianos.

A deputada italiana, Michela Giuffrida (Grupo S&D), membro suplente da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu, solicitou à Comissão a inclusão de mais produtos sicilianos na nova lista, a fim de garantir a “representação territorial dos produtos insulares”.

E declarou ainda ao Italia Oggi: “Gostaria que outras partes interessadas participassem nestas consultas, como consórcios e outras organizações de produtores,

Continua na página 11

Continuação da página 10

pois acredito que isso daria mais credibilidade às negociações europeias, adaptando-as mais às exigências e ao potencial do mercado.”

A legisladora italiana acrescentou: “Esta lista de produtos protegidos na China não significa que só os produtos constantes da lista serão promovidos na China. Aqui ninguém é excluído.”

“Na realidade, determinadas empresas não estão dispostas a suportar os custos. Alguns produtores sicilianos foram convidados a participar, juntamente com uma delegação europeia em duas grandes feiras agroalimentares no Irão e na Arábia Saudita, mas recusaram o convite por considerarem que não compensava financeiramente.”

Giuffrida sublinhou que o

caminho está livre e que a gama de produtos acordada com a China deve ser alargada, Acrescentou que o “atrativo” das IG é evidente e que os produtos que ostentam o selo de aprovação são frequentemente alvo de interesse crescente a nível da procura e das vendas no estrangeiro.

Os produtos chineses que aspiram à obtenção do estatuto de IG na UE incluem: Yantai Ping Guo (maçã Yantai), Hengxian Mo Li Hua Cha (chá de jasmim), Panjin Da Mi (arroz) e Baise Mang Guo (manga de Baise).

O mercado chinês dos produtos agroalimentares é um dos maiores do mundo e continua a crescer de ano para ano, alimentado por uma classe média em franco crescimento que desenvolveu o gosto pelas bebidas e alimentos europeus, muitas vezes no decurso das suas viagens internacionais cada vez mais

frequentes. O país também conta com uma profusão de indicações geográficas que os consumidores europeus ainda não conhecem.

O acordo bilateral entre a Europa e a China foi recebido com satisfação pela Confederação de Agricultores Italianos, Coldiretti, que declarou que “a proteção de produtos italianos da concorrência desleal causada pelos produtos contrafeitos e as imitações impulsionará as exportações de produtos alimentícios italianos”.

Segundo dados oficiais, o consumo chinês de produtos italianos aumentou 19% no primeiro mês de 2017 e as exportações de produtos alimentícios ascenderam a 391 milhões de euros em 2016. O setor vitivinícola foi o grande vencedor, tendo a China adquirido 101 milhões de euros das melhores garrafas italianas.



Gregos declaram ter perdido o seu “ouro branco” com o CETA

.....



que tenham começado a utilizar o rótulo feta no mercado nacional anteriormente a 2013 poderão continuar a fazê-lo.

Após a entrada em vigor do CETA, os produtores canadianos também serão obrigados a acrescentar formalidades como “género”, “tipo”, “estilo” ou “imitação” nos seus rótulos, a par de uma indicação facilmente legível e visível da origem geográfica do produto em questão.

“Os produtores canadianos não poderão utilizar referências como ‘feta grego’, ‘feta de estilo grego’ ou outras menções à Grécia”, declarou a eurodeputada socialista grega Eva Kaili.

Por outro lado, as empresas gregas produtoras do feta genuíno poderão exportar para o Canadá.

FETA DE LEITE DE VACA

O presidente da Associação de Criadores Gregos, Takis Peveretos, declarou à EURACTIV.com que a falta de proteção total para o feta é inaceitável.

“É o ‘recordista’ das nossas exportações, não só em matéria de queijo, mas também de outros produtos [...] considerando que as 52 000 toneladas exportadas anualmente se traduzem em 350 milhões de euros no saldo de exportações gregas,” ressaltou.

Segundo Peveretos, o CETA levanta dois problemas para o futuro do queijo feta.

Continua na página 13

Os produtores gregos estão preocupados com o futuro do queijo feta nos acordos comerciais da UE com países terceiros pelo facto de a UE não ter conseguido proteger plenamente o produto emblemático no acordo de comércio livre com o Canadá. Segundo relata a EURACTIV Grécia.

O queijo feta é considerado o “ouro branco” da economia grega. Anualmente, o país produz cerca de 120 000 toneladas de queijo, ao passo que a produção interna total de leite de ovelha e cabra ronda 1 100 000 toneladas.

Atualmente, o país exporta aproximadamente 500 toneladas de feta por ano para o Canadá. Na

sequência do acordo comercial celebrado entre Bruxelas e Otava, as empresas canadianas podem continuar a produzir e comercializar o “feta canadiano” no seu país.

O acordo CETA protege mais de 140 indicações geográficas europeias. Mas, no caso do feta – e dos queijos asiago, gorgonzola, fontina e munster – os canadianos podem produzir e vender o seu “próprio feta” no mercado nacional.

Os produtos específicos como o feta, protegido na União Europeia, devem cumprir os requisitos do regime de qualidade da denominação de origem da UE pelo que os queijos canadianos rotulados como feta não podem entrar na Europa.

Todavia, os produtores canadianos

Continuação da página 12

O queijo feta é feito apenas com leite de ovelha (70%) e leite de cabra (30%). Segundo o agricultor grego: “Com o acordo CETA, os canadenses poderão produzir e comercializar feta feito com leite de vaca.”

Paralelamente, o presidente da Federação de Criadores da Tessália, Nikos Palascas, declarou à Athens News Agency que o “ouro branco” da Grécia é uma vítima do acordo CETA.

“O problema é que as grandes multinacionais têm laticínios específicos, logo irão ‘sufocar’ o mercado com feta de vaca e esse leite provirá de animais que consomem alimentos geneticamente modificados,” avisou.

Numa tentativa de acalmar os agricultores gregos furiosos, o Comissário da Agricultura, Phil Hogan, prometeu rever o caso do feta após cinco anos. No entanto, os gregos temem que já seja demasiado tarde.

“A promessa de Hogan não é de todo útil. [...] Os consumidores habituar-se-ão a consumir queijo de leite de vaca e pensarão que é feta”, salientou Peveretos, acrescentando que o caso do queijo feta deve ser reconsiderado, no máximo, no prazo de um ano.

A Associação das Indústrias de Produtos Lácteos é da mesma opinião e afirma que a Comissão usou o argumento dos cinco anos como “isco” para manter o governo grego à margem.

ACORDOS COMERCIAIS FUTUROS

Além disso, os criadores gregos temem que o CETA abra um precedente que permitirá aos restantes países exigir um acordo semelhante para o feta, o que já aconteceu com a África do Sul.

Peveretos também responsabiliza o anterior governo da Nova Democracia do conservador Antonis Samaras, bem

como o ex-Presidente da Comissão, José Manuel Durão Barroso, por não terem conseguido proteger o feta no acordo CETA e solicitou ao governo atual a inclusão do caso no topo das prioridades da agenda em futuros acordos comerciais bilaterais.

“Agora já sabemos o que se passou. Em 2013, o governo de então deixou que a Comissão negociasse o feta nestes moldes com o Canadá,” comentou.

Numa declaração no início deste mês (11 de julho), o governo grego declarou ter iniciado uma campanha para a revisão dos acordos que estão a prejudicar o “queijo nacional” e frisou que, no caso do Japão, o feta estará mais protegido.

Efetivamente, no caso de Tóquio, o feta grego genuíno está plenamente protegido. Mas os interesses comerciais de produção interna são reduzidos dado não existir uma indústria japonesa estabelecida que produza um produto designado por feta.

Fontes do ministério da agricultura da Grécia declararam à EURACTIV que, a partir de agora, o governo tentará usar o acordo celebrado com o Japão como “modelo” para futuros acordos comerciais da UE com países terceiros.

COMISSÃO: CADA CASO É ÚNICO

A Comissão Europeia acredita que obteve o melhor nível de proteção possível no acordo com o Canadá, classificando o feito como um “êxito sem precedentes”.

“Foi uma melhoria assinalável em relação à situação anteriormente existente no mercado canadiano [...] a alternativa seria não existir proteção de todo dos referidos nomes,” declarou à EURACTIV.com o porta-voz da UE, Daniel Rosario.

O porta-voz da UE acrescentou que, no caso do Canadá, a discussão foi “muito difícil” dado a própria

noção de IG (indicação geográfica) ter sido inicialmente recusada e o feta já ser amplamente considerado uma denominação genérica no mercado norte-americano.

“Por conseguinte, só seria possível obter qualquer cedência por parte do Canadá mediante a aceitação de um tratamento especial”, frisou Rosario acrescentando que se o status quo se mantivesse, não haveria proteção de todo para o feta.

“Essa proteção também representa oportunidades de mercado para os produtores gregos que podem entrar nos mercados em questão com a possibilidade de apresentar aos consumidores canadenses as características únicas do ‘exclusivo e incomparável’ feta grego”, sublinhou o funcionário da Comissão.

Uma fonte com experiência em acordos declarou à EURACTIV.com que o “uso prévio” de denominações de origem protegidas nas negociações de indicações geográficas deveria ser considerado, sobretudo em países onde exista uma diáspora europeia ou determinados padrões de consumo.

No Canadá existe uma sólida comunidade grega de 250 000 habitantes e alguns deles estão envolvidos na produção do “feta canadiano”.

A mesma fonte explicou que todos os acordos comerciais com países terceiros diferem muito uns dos outros e que cada caso deve ser abordado no devido contexto. Por exemplo, no caso do Vietname, a proteção do feta tal como acontece na Europa não constituiria um problema, mas para convencer os canadenses a fazer o mesmo poderia ser necessário um esforço suplementar.

“A razão é simples: no Canadá, já existe um queijo que se chama ‘feta’ e que é produzido ou comercializado há várias gerações. Ao passo que no Vietname isso não acontece”, sublinhou.

QUEM IMPULSIONA A QUALIDADE NOS PRODUTOS AGROALIMENTARES DA UE?

Os Estados-membros do sul da UE são os principais produtores de alimentos certificados pelos regimes de qualidade da UE: Itália, França, Espanha, Portugal e Grécia representam 70% do total.

A UE conta com 1402 produtos alimentares registados e identificados com indicação geográfica (IG).

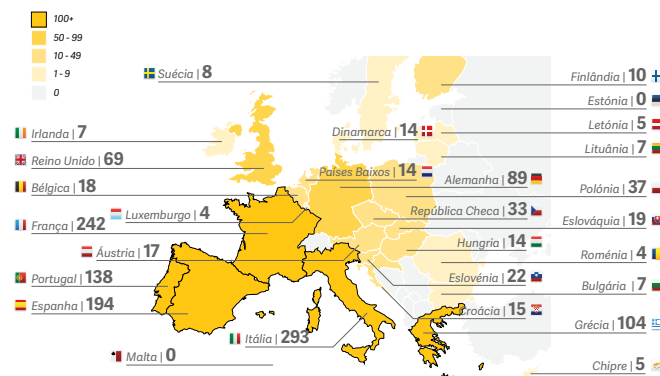
Face à crescente concorrência global, os produtores do setor alimentar da UE privilegiam a qualidade para garantir que os seus produtos continuam a ser apelativos para os consumidores exigentes.

Dentro e fora da EU, as pessoas interessam-se cada vez mais em saber a origem dos seus alimentos e a forma como são preparados, e estão dispostas a pagar mais por produtos autênticos e tradicionais.

Os regimes de qualidade da UE oferecem segurança aos consumidores, protegem as especialidades regionais e promovem a utilização de técnicas tradicionais.

Todavia, os regimes de qualidade também abrem a porta à fraude, sendo que o alarmante valor de mercado dos produtos contrafeitos está a suscitar preocupações em Bruxelas.

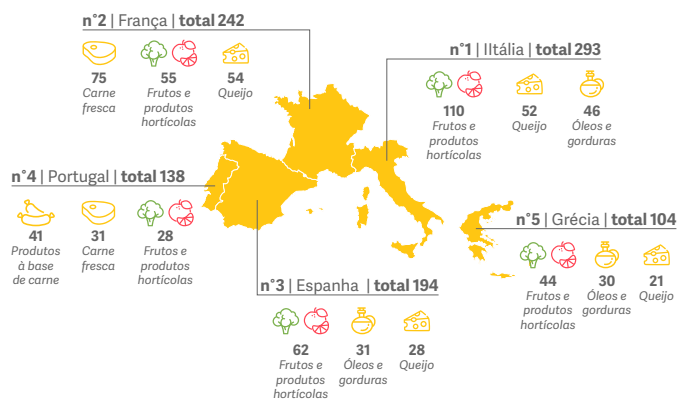
TOTAL DE PRODUTOS AGROALIMENTARES REGISTRADOS NO ÂMBITO DOS REGIMES DE QUALIDADE DA UE



“Na Europa, dispomos das mais elevadas normas de qualidade e segurança alimentar do mundo. Friso incessantemente este ponto nas minhas missões comerciais no estrangeiro, mas também penso que é necessário enfatizá-lo aqui na Europa.”

Phil Hogan, Comissário europeu da Agricultura e Desenvolvimento Rural

O TOP 5



OS REGIMES DE QUALIDADE DA UE EXPLICADOS



Feta



Denominação de origem protegida (DOP)

Total: 626 produtos agroalimentares

Estes produtos são indissociáveis de uma área geográfica específica. São produzidos, transformados e preparados na região em causa, utilizando ingredientes e recorrendo à experiência locais.



Gruyere



Indicação geográfica protegida (IGP)

Total: 720 produtos agroalimentares

Estes produtos estão identificados com a região específica na qual foram produzidos, transformados e preparados. Todavia, neste caso, os ingredientes não procedem necessariamente da região em causa.



Mozzarella



Especialidades tradicionais garantidas (ETG)

Total: 56 produtos agroalimentares

Estes produtos são produzidos através da utilização de técnicas ou ingredientes tradicionais, sem ligação a uma área geográfica específica.

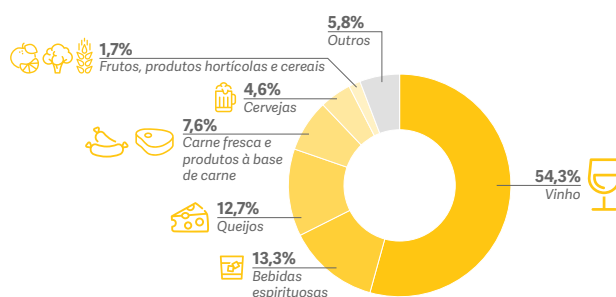


O VINHO NO TOPO DA LISTA

Além dos produtos agroalimentares, os regimes de qualidade da UE também abrangem os vinhos, as bebidas espirituosas e os vinhos aromatizados.

Em 2014, os consumidores da UE gastaram um total de 48 mil milhões de euros em produtos IG, sendo que o vinho foi o primeiro da lista.

PRINCIPAIS PRODUTOS IG CONSUMIDOS POR QUOTA DE MERCADO DA UE



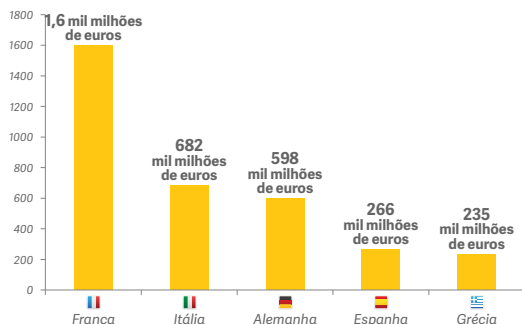
Para informações
sobre relatórios
especiais do
EURACTIV...

MERCADO DE PRODUTOS CONTRAFEITOS FRANCÊS REPRESENTA 1,6 MIL MILHÕES DE EUROS

No entanto, em 2014, 9% da totalidade dos produtos IG no mercado da UE eram produtos contrafeitos, o que representa 4,3 mil milhões de euros.

Estima-se que as perdas para o consumidor atinjam os 2,3 mil milhões de euros, cerca de 4,8% do total de compras de IG.

VALOR DO MERCADO DE PRODUTOS CONTRAFEITOS



EURACTIV

Fonte: Comissão Europeia,
European Union Intellectual
Property Office Observatory.



Action co-financed by
the European Commission

Este projecto foi financiado com o apoio da Comissão Europeia. Esta publicação reflete apenas as opiniões do autor, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito da informação nele contida.